Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de <u>Se</u>tembro de 2015 (Em reais)

1. Contexto operacional

A CIMS S.A. ("Companhia") tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

A Companhia está devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 como Companhia Aberta, registrada em 14 de março de 1995.

A Companhia está em fase pré-operacional e apresenta prejuízo recorrente no trimestre findo em 30 de setembro de 2015 e caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das informações trimestrais quer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a avaliação dos ativos financeiros a valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. A emissão das informações trimestrais foi aprovada pela Administração em 13 de novembro de 2015.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

c) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

d) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados a valor justo por meio resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são avaliadas e classificadas da seguinte forma:

 Para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativos e passivos financeiros -- Continuação

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

- Disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado;
- Mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

e) <u>Imposto de renda e contribuição social</u>

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações trimestrais. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia, não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Impostos e contribuições a compensar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

g) Prejuízo básico e diluído por ação

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há efeitos dilutivos a serem considerados em 30 de setembro de 2015.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia não possui contingências.

(iii) Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(iv) Hierarquia de valor justo

A entidade aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valo justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. Os inputs do: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, baseados em dados não-observáveis.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

A mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do valor justo no nível mais baixo do input que é significativo para a mensuração como um todo.

4. Impostos a compensar

Representado por imposto retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras, ocorrido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015 e nos anos de 2014, 2013, 2012 e 2011.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são constituídas por cotas de fundos de investimento e por certificados de depósitos bancários classificados como para negociação. A composição da carteira está representada por:

30/09/2015

Fundos	de	Investimento

Fundo investido	Instituição administradora	Quantidade de cotas	Valor de custo	Valor	Nível	
BTG Yield DI FI	BTG Pactual	310,4204	6.327	6.791	1	

5. Aplicações financeiras--Continuação

Certificado de depósito bancário

Contraparte	CDI	Data <u>de</u> vencimento	Valor de custo	Valor atual	Nível
Banco Bradesco S.A.	70%	07/03/2016	20.807	20.929	1

31/12/2014

Fundos de Investimento

Fundo investido	Instituição administradora	Valor de custo	Quantidade de cotas	Valor	Nível
BTG Yield DI FI	BTG Pactual	6.181	313,0378	6.241	1

Certificado de depósito bancário

Contraparte	CDI	Valor de custo	Data de vencimento	Valor	Nível	
Banco Bradesco S.A.	70%	132.935	29/01/2015	137.127	1	

I

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

6. Transações com partes relacionadas

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2015.

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 1.066.243 ações, sendo 355.466 ordinárias e 710.777 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

7. Patrimônio líquido--Continuação

b) <u>Dividendos</u>

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Tendo em vista os prejuízos apurados, não foram deliberados dividendos no trimestre e período findo em 30 de setembro de 2015.

c) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre, conforme quadro abaixo:

30/09/2015	30/09/2014
355.466	355.466
710.777	710.777
1.066.243	1.066.243
	355.466 710.777

Memória de cálculo do resultado por ação:

Comentado [1]: Precisamos sanar a questão acerca dos honorários dos conselheiros e diretores deliberados na AGO de 30/04/2015

Alexandre, favor posicionar a EY.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

 Período	Prejuízo do trimestre findo em 30/09/2015	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
30/09/2015	(112.750)	355.466	(0,32)
 Período	Prejuízo do trimestre findo em 30/09/2014	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
30/09/2014	(71.558)	323.137	(0,22)

8. Resultado Financeiro

	Trime	Trimestre		o Exercício
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Rendas com títulos e valores mobiliários	920	3.199	4.856	10.126
Outros	169	92	463	259
Despesas bancárias	(93)	(95)	(285)	(281)
Despesas com juros				(1.029)
	996	3.196	5.034	9.075

9. Despesa de publicação

Trime	Trimestre		Acumulado do Exercício		
30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014		
-	-	(20.773)	(21.408)		
		(20.773)	(21.408)		
	30/09/2015	30/09/2015 30/09/2014	30/09/2015 30/09/2014 30/09/2015 (20.773)		

10. Despesas com serviços técnicos especializados

	Trim	Trimestre		o Exercício
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Serviços de contabilidade	(11.459)	(9.000)	(42.809)	(27.099)
Outros serviços prestados	(2.400)	(5.125)	(22.372)	(15.804)
	(13.859)	(14.125)	(65.181)	(42.903)

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

11. Outras despesas operacionais

	Trimestre		Acumulado do Exercício		
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.150)	(222)	(1.761)	(1.101)	
Encargo sobre recolhimentos de tributos	-	-	-	-	
Anuidade BM&FBovespa	(8.750)	(8.750)	(26.250)	(26.250)	
Despesas diversas			(19)		
	(9.900)	(8.972)	(28.030)	(27.351)	

12. Outras receitas operacionais

	Trimo	Trimestre		o Exercício
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Reversão de provisões	-	-	-	17.500
		-		17.500

13. Tributos gerais

· ·	Trimestre		Acumulado do Exercício	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Taxa de fiscalização CVM	(1.243)	(1.243)	(3.729)	(3.729)
IOF Impostos e Taxas Diversos	(8) (51)	(5)	(20) (51)	(52) (2.690)
	(1.302)	(1.248)		(6.471)

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

	(3.800)	

14. Instrumentos financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas liquidações.

b) Derivativos

A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante o terceiro trimestre de 2015.

15. Serviços prestados pelos auditores independentes

De acordo com a Instrução CVM nº 381 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia não contratou outros serviços, junto a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais) que não sejam os de auditoria externa.

16. Estrutura de gerenciamento de riscos

Risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Companhia. As operações da Companhia estão classificadas na carteira de negociação.

Além disso, sua carteira não detém operações sujeitas às exposições ao risco em ouro, moedas estrangeiras e preço de mercadorias (commodities). Portanto, o risco de mercado está representado pelos riscos das taxas de juros das operações classificadas na carteira de negociação.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Em 30 de setembro de 2015 (Em reais)

16. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e

Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

Risco de crédito

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros que integram a carteira da Companhia não cumprirem com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial

17. Contingências

A Companhia não possui quaisquer processos judiciais ou administrativos nos quais figure n polo passivo que tenham sido ajuizados no trimestre e período findo em 30 de setembro de 2015.